

A EQUIPE

» O QUE É O GRUPO GEOCORRENTE?

O grupo Geocorrente surgiu com o objetivo de discutir o sistema internacional através da lente teórica da geopolítica, procurando identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, assim como as com potencial iminência de ocorrência em uma moldura temporal de curto prazo. Para isso conta com integrantes de diversas áreas de conhecimento, cuja pluralidade garante uma análise mais ampla de contextos e cenários geopolíticos e, portanto, um melhor entendimento dos problemas correntes internacionais.

» O QUE É O LABORATÓRIO DE SIMULAÇÕES E CENÁRIOS?

O LSC é um órgão vinculado ao Centro de Estudos Políticos e Estratégicos da Escola de Guerra Naval, tendo sido fundado com o objetivo principal de ser o apoio institucional para a pesquisa científica derivada de experiências feitas no Centro de Jogos de Guerra da EGN. O Laboratório conta com diversos grupos, os quais possuem suas próprias agendas de pesquisa, assim como participam dos Jogos de Guerra. Estes grupos de pesquisa são formados por doutorandos, mestrandos e graduandos das áreas de Relações Internacionais, História, Defesa e Gestão Estratégica Internacional, Ciência Política e correlatas, de diversas instituições de ensino.

» CONTATO

Envie para geo.corrente@yahoo.com.br sua opinião sobre as reportagens, reclamações, sugestões, etc..

CMG (RM1) *Leonardo Faria de Mattos*
Coordenador-geral do Grupo Geocorrente

Jéssica Germano de Lima
Coordenadora do Grupo Geocorrente

Noele de Freitas Peigo
Editora responsável

André Figueiredo Nunes
Brenda Cardoso Severino Leão
Caio Ferreira Almeida
Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior
Diane de Almeida Cruz Gustavo
Felipe Augusto Rodolfo Medeiros
Igor Lourenço Oliveira
Lais de Mello Rüdiger
Luciane Noronha Moreira de Oliveira
Matheus Souza Galves Mendes
Pedro Allemand Mancebo Silva
Thayná Fernandes Alves Ribeiro
Vinicius Guimarães Reis Gonçalves
Vivian Mattos Marciano
Pesquisadores do Grupo Geocorrente



LABORATÓRIO
DE SIMULAÇÕES
E CENÁRIOS

Os textos contidos neste boletim são de responsabilidade única dos membros do Grupo, não retratando a opinião oficial da Escola de Guerra Naval nem da Marinha do Brasil.

- Oriente Médio e Norte da África
- África Subsaariana
- Leste Asiático
- Sudeste Asiático e Oceania
- Sul da Ásia
- Europa
- Rússia e entorno
- América do Sul
- América do Norte e Central
- Ártico e Antártica

Conteúdo

Síntese

Geocorrente

Oriente Médio e Norte da África

O Estado Islâmico do Iraque e da Síria, ou *Islamic State in Iraq and Syria* (ISIS), ou simplesmente o Estado Islâmico (Islamic State - IS), como passou a se denominar nos últimos meses, é um grupo extremista composto de sunitas jihadistas que tem interesse de estabelecer um califado no Oriente Médio, abrangendo, a princípio, parte dos territórios iraquiano e sírio.

O líder do grupo, o iraquiano Abu Bakr al-Baghdadi, proclama-se o novo califa islâmico – palavra que, no árabe, significa “sucessor” e cuja função é continuar a obra de Deus iniciada por Maomé. O fato é que o Estado Islâmico ganhou força com o processo de retirada das tropas norte-americanas do Iraque e com a guerra civil na Síria, o que lhe proporcionou maiores possibilidades de projeção para alcançar seus objetivos. No entanto, não só seus desígnios finais, mas também a brutalidade com que as diretrizes do grupo são conduzidas, levando à morte de centenas de cristãos, curdos e muçulmanos considerados rivais ou traidores, suscitaram reações tanto no Ocidente quanto no Oriente Médio. Enquanto países como o Iraque e a Síria, imersa numa guerra civil que perdura há mais de dois anos, estão envolvidos diretamente no conflito contra o grupo, a Arábia Saudita vê a situação como uma ameaça aos interesses da monarquia. Já no Ocidente, nações como o Reino Unido e os Estados Unidos estão dispostos a realizar ataques aéreos nos territórios dominados pelo ISIS, sem descartar uma possível intervenção militar de fato, a fim de proteger seus interesses e de suas empresas na região.

A criação de um Estado islâmico pelo ISIS no Oriente Médio é uma incógnita que pode vir a não ser estabelecida, visto que, para que o califado seja de fato concebido, será necessário que o grupo jihadista enfrente situações de adversidade como desmembramento de territórios de países locais, oposição militar regional e interesses europeu-americanos. Assim, embora represente uma grande ameaça, o califado islâmico tem poucas chances de ser concretizado.

Oriente Médio e Norte da África

A Guerra Civil na Líbia, que teve início em 2011, trouxe como consequência a deposição e a morte de um ditador que já se encontrava há 42 anos no poder e mantinha um dos regimes mais repressivos e prolongados do mundo árabe: Muammar Khadafi. Desde então, não houve sucesso na centralização de um governo líbio, pois as milícias que antes haviam se juntado e recebido apoio externo (principalmente da OTAN, o que trouxe o questionamento de seus interesses na região), agora se encontram em conflito pelo poder e domínio de um país economicamente atrativo pelas suas abundantes reservas de petróleo.

A Líbia, que detém as maiores reservas petrolíferas da África, encontra-se marcada pelo conflito e insegurança, e há um crescente temor de que o país passe por uma nova guerra civil.

As milícias já controlam diferentes regiões da Líbia, principalmente, aquelas centralizadas em Trípoli e em Bengasi. O próprio governo, recentemente criado, foi obrigado a se deslocar das áreas conflituosas para a parte oriental de Tobruk. Em junho deste ano, houve uma eleição geral para a instauração de um governo democrático e legítimo, resultando na vitória do grupo dos árabes nacionalistas. Porém, os islamistas (muito temidos exteriormente por seu poder, principalmente pelo Egito e pela Arábia Saudita) não se satisfizeram com o resultado e decidiram instaurar um novo Parlamento.

Logo, além das inúmeras milícias que continuam brigando entre si, uma nova configuração apresenta-se agora pela divisão do país em dois Parlamentos: um com reconhecimento internacional e outro que continua crescendo, mas o qual é fortemente combatido, principalmente pelo Exército Nacional Líbio de Khalifa Haftar.

Assim, o governo atual esforça-se para desarmar estas milícias e contê-las, conseguir apoio externo e reestruturar o país, acabando com os efeitos de tantos anos de repressão, conflito e descontentamento.

África Subsaariana

Após a crise mundial de 2008, que abalou financeiramente diversos países do globo, é factível que algumas economias foram mais afetadas do que outras, de modo que alguns países ainda apresentaram certo destaque no cenário internacional devido ao crescimento em meio à crise.

Alguns países africanos sofreram deste fenômeno, mais especificamente os países denominados “Leões Africanos”, como Nigéria e Angola, que obtiveram taxas de crescimento com média de 5 a 6% ao ano. Esses números podem significar o início de um novo paradigma internacional, no qual os países periféricos obtêm visibilidade no cenário internacional por conta de uma fórmula que mescla a existência de recursos naturais, mercado consumidor crescente, investimento estrangeiro, entre outros fatores. Em comunicado veiculado em 24 de julho, o Fundo Monetário Internacional estima um crescimento médio de 5,4% este ano e 5.8% em 2015, para os países da África Subsaariana. No mesmo período, o FMI estima um crescimento de 1,7% e 3%, para os EUA.

O desenvolvimento econômico ocorrido na África Subsaariana nos últimos anos pode ser atribuído, em grande parte, pelo interesse crescente de países como os BRICS, sobretudo China e Índia, que investem fortemente na região. Muitos teóricos, inclusive, apontam que o ingresso da África do Sul no grupo seja apenas uma iniciativa de certa forma imperialista, praticada pelos demais países do bloco para facilitar o diálogo deste com os países africanos.

É importante salientar que mesmo com a expansão da economia subsaariana, aumento da expectativa de vida, crescimento da classe média e a ampliação da democracia, esta é a região do mundo que mais sofre com mazelas como a fome, doenças, miséria, desigualdade social e conflitos das mais diversas naturezas. Tais problemas estruturais dificultam tanto a organização interna, quanto a projeção política e econômica, demonstrando que são desafios que devem ser superados paulatinamente pelos governos envolvidos.

Atento a essa crescente importância da África, o governo norte-americano realizou uma cúpula entre 4 e 6 de agosto, em Washington D.C., envolvendo seu país, e 50 dos 54 países africanos. Ao Brasil, cabe acompanhar seus parceiros do BRICS e aumentar cada vez mais seus investimentos e parcerias com os países africanos, em especial, aqueles componentes da CPLP e os da África Atlântica, parte do chamado “entorno estratégico brasileiro”.

Leste Asiático

A tensão entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul teve seu início no período da Guerra Fria. Durante o processo de ocupação das áreas tomadas pelo Japão - um ex-aliado nazista -, os Estados Unidos conquistaram o sul da península coreana, enquanto a União Soviética estabeleceu suas tropas ao norte. Entretanto, em 1950, houve uma tentativa de unificar as Coreias por meio de uma declaração de guerra ao sul. O conflito foi encerrado, mas nenhum acordo de paz foi estabelecido até hoje.

Pela sua natureza histórica, podemos observar um contraste entre as partes. Enquanto o Norte manteve o sistema comunista de governo com rígido controle dos meios de produção, o Sul modernizou a sua indústria e tornou-se um dos principais países exportadores da Ásia. No entanto, ambos os países continuaram investindo fortemente em suas forças armadas.

Apesar da presença constante da ONU para apaziguar tais conflitos, ambos os países, especialmente a Coreia do Norte, vêm buscando parceiros estratégicos para possíveis embates futuros. Conclui-se que, ambos os países não possuem a intenção de uma trégua nessa guerra que, aparentemente, está longe de acabar. Esforços não serão medidos para chegar cada vez mais em um patamar acima do outro, tanto de parceiros econômicos e estratégicos como de forças armadas e nuclear.

O Timor Leste possui história muito conturbada. Marcado por diversas disputas políticas tentou sua independência em 1975, mas invadido pela Indonésia e palco de diversos conflitos civis, só conseguiu sua autonomia política em 2002. Nesse mesmo ano passou a fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) por ter como segundo idioma oficial o português. Por se localizar em uma área de grande tensão geopolítica – já que se encontra em uma região marítima estratégica, estando na ligação entre os Oceanos Índico e Pacífico – e contando com uma grande extensão de águas profundas, importante rota de navegação de submarinos, a costa timorense poderia se tornar ponto de estrangulamento caso haja qualquer conflito na região. Além disso, possui frutíferas reservas petrolíferas e de gás natural. Por esses motivos, a Austrália se preocupa tanto com o Timor-Leste, pois há crescentes disputas no Sudeste Asiático entre China e Estados Unidos. Para proteger seus interesses, é vital para a Austrália controlar o máximo possível o território timorense e os importantes recursos energéticos e estratégicos que este possui.

Se por um lado a Austrália se preocupa com o Timor-Leste, o Brasil, nem tanto. Um fato que pode ser considerado interessante é o Timor ter como seu segundo idioma oficial o português. Segundo o professor Carlos Eduardo Vasconcelos, a adoção do Português como idioma pode ter sido uma via estratégica de criar outro caminho que vai além da determinação geográfica em que o território timorense se encontra: estar envolto por países asiáticos autoritários, e se tornar um deles; ou ter seu Governo tutelado pela Austrália, como tantos outros. Apesar de ainda estar presente e ajudando na reconstrução do Timor, o Brasil não possui uma política de ampla inserção no país. Eis porque, talvez, diferentemente de outros assuntos, como a OMC, não seja interessante para a política internacional brasileira ir contra os Estados Unidos, uma grande potência militar, e também contra a China, atual maior parceiro econômico do Brasil. Contudo, têm-se duas certezas: o Timor-Leste está localizado em uma área de grande tensão geopolítica; e faz parte da CPLP. O país com melhores condições financeiras e capacidade de desenvolvimento desta Comunidade é o Brasil. E, estando na mesma, deve priorizar não só o comércio ou ajuda internacional aos outros países que a compõe, mas também atuar na proteção dos mesmos. Assim sendo, o Brasil precisa estabelecer rapidamente uma política para o Timor. Ainda que seja a de apaziguamento das tensões ou fortalecimento do português neste território, se a Política Internacional brasileira pretende fazer com que o país alcance maior espaço no cenário mundial e se torne um dia parte permanente do Conselho de Segurança da ONU, é preciso começar pensando nos países mais próximos, senão geograficamente, pelo menos culturalmente.

Desde a sua independência, a Índia é grande defensora da ideia de fortalecimento dos países do “sul” no cenário internacional. Entretanto, o bloco dos BRICS está longe de ser considerado um dos assuntos principais de sua política externa. Dos países que compõem este arranjo, apenas Rússia e China estão na lista dos principais parceiros comerciais - no primeiro caso, com a parceria estratégica histórica, sobretudo militar; e, no segundo, como o país com maior participação no volume de importações da balança comercial indiana. Já as relações com Brasil e África do Sul são mais produtivas no contexto triangular do IBAS, em projetos de ajuda em segurança alimentar para o continente africano, como o Fundo IBAS, além da cooperação política coordenada entre os três em foros multilaterais da OMC e no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Em contrapartida, dentro dos BRICS, nem Brasil e nem África do Sul são grandes parceiros econômicos da Índia. Os avanços nas trocas comerciais são positivos, porém lentos.

O grande obstáculo para a política externa indiana nos BRICS é lidar com a presença da China, seu rival histórico. Embora seja um importante parceiro comercial, as relações entre ambos são tensas e marcadas por conflitos até hoje, inclusive com ameaças de guerra. A disputa de poder na Ásia – com as rusgas por recursos e fronteiras que datam da década de 1960 – e na África dificulta o diálogo, e este é um dos principais motivos pelos quais o bloco não é visto com grande preponderância no programa de política externa indiana. Vale lembrar que, nas recentes negociações que levaram à criação do Banco dos BRICS, o Brasil teve que ceder a presidência à Índia, que teme que o bloco seja prejudicial para o seu projeto de poder. Afinal, seu inimigo número 1 não é somente integrante e país-sede do Banco, mas também o país mais importante do arranjo – fatos que não agradam em nada o governo indiano.

Desde a crise financeira de 2008, a União Europeia tem se desdobrado para se manter uma instituição forte, sendo a Alemanha o timoneiro desse bloco. Contudo, ultimamente, esse país tem demonstrado muitas inconsistências no cenário geopolítico europeu de modo geral: denúncias de espionagem, problemas com imigração e austeridade dos países em débito do bloco são os pontos mais enfatizados na agenda alemã.

Nesse sentido, há uma tensão no bloco causada por essas inquietudes vindas de Berlim, o que gera muitos questionamentos, principalmente por parte do governo grego e do espanhol, que mais sofreram com os cortes causados pela então recessão europeia. A França tem se apresentado como um país mais sensato e, embora não tenha compactuado com as políticas econômicas europeias propostas pela Alemanha, tem aumentado seus efetivos militares, principalmente na África, e se mostrado independente dos interesses alemães.

Há ainda um fator complicador, com a possível entrada de novos países no bloco. A Turquia, por exemplo, continua em sua busca pela sua adesão à União Europeia, mal vista pelos alemães que a vinham espionando desde a década de 1970. Outra entrada possível é a da Escócia, caso declare independência do Reino Unido. Este último poderia ser um problema, já que ainda não há uma definição das políticas econômicas adotadas pelo país britânico. Um futuro obscuro aguarda a Alemanha.

Entender o posicionamento da Europa referente à questão energética é um dos principais caminhos para explicar alguns dos conflitos geopolíticos mundiais. Restringindo metodologicamente a análise à União Europeia (UE), de acordo com dados do EU Statistical Book 2014, observa-se que a matriz energética do bloco é majoritariamente composta por combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão). Ainda assim, vale ressaltar que outras fontes energéticas vêm ganhando importância, expressa no consumo de países como França, predominantemente de energia nuclear; Letônia, com grande participação de fontes renováveis; e Suécia, de ambas.

No entanto, chama a atenção o fato que a produção de energia dos países do bloco corresponde a 6.1% do total mundial, enquanto o consumo equivale a 12.7% (2012). Nesse sentido, o descompasso entre oferta e demanda (e a conseqüente busca por suprir esta) engendra possibilidades de conflito. É sob este prisma que fica mais nítido o interesse no reposicionamento de tropas e bases militares no mundo por parte de países europeus. Pode-se citar como exemplos a intervenção francesa no Mali, região rica em urânio, ou mesmo a disputa entre Reino Unido e Argentina pelas Malvinas ou Falklands, em que se encontram reservas de petróleo e gás.

A UE, portanto, enfrenta o aumento da dependência das importações, que, aliado a uma diversificação limitada de fornecedores, leva a uma grande sensibilidade aos preços elevados e voláteis da energia. Para responder a estes desafios, a política energética do bloco visa a um melhor aproveitamento de seus recursos endógenos, inclusive com maior integração do mercado interno de energia, mas também com fortalecimento de parcerias externas. Em suma, reforça-se a importância da obtenção de minerais estratégicos, essenciais à manutenção da segurança energética, representando uma das formas de busca por reafirmação de poder entre os países europeus.

A Rússia talvez seja um dos mais singulares atores dos BRICS: por não se configurar como “Terceiro Mundo” durante a Guerra Fria, o país apresenta uma série de particularidades não compartilhadas pelos outros membros da organização.

Classificar a Rússia como somente uma potência emergente é ignorar alguns fatores históricos, tais como o fato de o país não ter um passado de exploração colonial (como os demais BRICS) e ter sido durante meio século a segunda maior potência econômica e militar do planeta. Com a fragmentação da União Soviética, decorrente de uma deterioração política e econômica, e a conseqüente neoliberalização dos ex-membros do bloco soviético na década de 1990, a Rússia teve sua economia muito fragilizada.

No entanto, a Rússia ainda é uma potência militar e estratégica responsável por 70% do suprimento de gás natural consumido na Europa, além de possuir um grande contingente de forças armadas e armas nucleares. O interesse geopolítico estratégico principal da agenda russa reside nos seus entornos, ou seja, a região da Ásia

Central e do Leste Europeu, em uma tentativa de manter o poder na sua área de influência geopolítica, que outrora foram parte da União Soviética sob a liderança de Moscou. Muitas dessas ex-repúblicas soviéticas “flertam” com a União Europeia e Estados Unidos tanto em estreitamento de relações comerciais como em aproximações políticas, afastando-se da Rússia. Alguns se tornaram inclusive membros da União Europeia, como os países bálticos, a República Tcheca, a Eslováquia, entre outros. Disputar sua influência nessas áreas perdidas é a prioridade da política externa russa, por isso os BRICS são uma agenda secundária para o país.

No entanto, embora este bloco não seja prioridade da Rússia, a política externa de Vladimir Putin, atual presidente do país, orientou-se no sentido de diversificar os parceiros e procurar cooperações estratégicas e comerciais diferentes das suas tradicionais áreas de influência geopolítica. Nesse contexto, a aproximação com países não alinhados representou uma opção natural de buscas por novas parcerias: a Rússia assumiu, então, um discurso próximo aos interesses dos países em desenvolvimento para se aproximar dos BRICS e como uma tentativa de fazer frente à hegemonia dos Estados Unidos.

América do Sul

Se o Brasil pudesse entoar uma canção, provavelmente cantaria “*The truth is I never left you*”, o que faria todo sentido, não só pela canção, mas por todo o relacionamento com nossos hermanos argentinos. É válido ressaltar que as relações Brasil-Argentina têm suas premissas marcadas por rivalidades, uma vez que no passado ambos ambicionavam a posição de potência no Cone Sul, e as disputas históricas na Bacia do Prata são o símbolo maior dessa rivalidade. Após o entendimento da necessidade de contrabalancear o poder norte-americano, Brasil e Argentina iniciaram um processo de aproximação diplomática, estratégica e de integração regional.

Da rivalidade à cooperação, o “*I never left you*” brasileiro deve ser o sentimento mais importante para os hermanos, que vivem uma forte crise econômica que se prolonga desde 2001. Na atualidade a crise culminou em um calote técnico, causando o descrédito argentino no sistema financeiro internacional e ainda em um constrangimento político, ao ter sua soberania econômica contestada pelas decisões de um juiz da Corte de Nova Iorque, em relação ao pagamento da dívida.

A Argentina é para o Brasil um parceiro estratégico no plano de integração regional, e em cooperações técnicas como no setor nuclear, além de ser o terceiro maior mercado das exportações brasileiras. Do outro lado, somos o primeiro mercado de importação e exportação. De certo modo existe uma dependência brasileira em relação aos hermanos, de modo que o Brasil não pode deixar seu parceiro político e econômico em crise sem tomar providências. Em março foram divulgados planos de linhas de crédito para fomentar o comércio argentino, contudo as análises da balança comercial mostram uma crescente redução de compra de produtos brasileiros, o que representou uma queda de 28% no comércio bilateral até o momento. Vamos aguardar como fecham os números de 2014 e, dependendo do resultado das eleições brasileiras, ver para onde caminharão as relações entre os dois países.

América do Norte e Central

As Américas Central e do Norte têm um histórico de migrações que pode ser definido em três etapas: a primeira, que ocorreu no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, em cuja época predominou o modelo econômico de desenvolvimento em substituição ao de importação, que, combinado à forma de produção de subsistência, gerou migrações que absorviam a força de trabalho. A segunda etapa é representada pelos anos 1970 e anos 1980, em que a América Central enfrentou diversos problemas, principalmente com relação à instabilidade política. Devido a isso, o número de imigrantes sofreu um grande aumento, por exemplo, nessa época podiam ser encontrados mais de 500 mil imigrantes no México oriundos dos países da América Central. Já a terceira etapa é identificada a partir da década de 1990, em que os emigrantes das décadas anteriores procuraram se reunir com suas famílias, tendo como principal destino os Estados Unidos.

Dentro desse cenário, podemos destacar a Guatemala, a qual, além de gerar emigrantes de seu território, é uma espécie de ponte para os emigrantes dos outros países da América Central, visto que este país faz fronteira com o México, historicamente o grande canal de ligação para os Estados Unidos.

Segundo dados da OIM (Organização Internacional para as Migrações), os principais motivos para as imigrações consistem na falta de emprego e na necessidade de melhorar a condição econômica. Outro

importante dado é relativo à escolaridade: apenas 1,7% dos imigrantes possuíam nível superior e 50% dos que residem no exterior tinham educação primária. É necessário destacarmos o papel que os emigrantes têm para seus países de origem, visto que eles enviam grande quantia de dinheiro para seus familiares.

Com a possível retomada do crescimento econômico dos EUA, após a crise iniciada em 2008, pode-se prever um aumento do fluxo migratório para o país, levando a um crescente de tensão na região. Num mundo cada vez mais interconectado, é bastante complexo e sensível a questão das desigualdades sociais, não apenas internas aos países, mas, principalmente, entre estes.

Ártico e Antártica

As regiões polares se destacam por duas diferenças fundamentais e uma similaridade: Enquanto a Antártica é uma massa de terra cercada por oceanos e com poucos Estados em sua vizinhança (nenhum dos quais se destaca no cenário geoestratégico), o Ártico é um oceano cercado por massas de terra que abrigam alguns dos Estados mais poderosos do sistema, todos fundamentais nos processos de tomada de decisão em matéria de segurança internacional. Além disso, a Antártica tem a sua exploração regida pelo tratado de 1959, enquanto o Ártico, apesar da ausência de um tratado, gerou a necessidade dos países da região de criar o Conselho do Ártico. Ambos os polos são regiões de interesse vital em diversas áreas, que vão da pesquisa biológica até a exploração de recursos minerais, prospecção de petróleo e navegação, o que gera uma “corrida aos polos” entre os principais atores internacionais. Isso explica decisões recentes tomadas por global players tal como a renovação da frota polar britânica ou a criação, por parte da Federação Russa, de um comando militar unificado para o Ártico.

Os acontecimentos apontam para a inserção da região polar setentrional como mais um foco de tensão entre EUA e Rússia com potencial desestabilizador devido à sobreposição de interesses de ordem estratégica, como a segurança energética, com interesses econômicos, principalmente de empresas interessadas na exploração de minerais. Diante do cenário internacional conturbado que se tem desenhado recentemente, é importante para o Brasil, país que tem consolidado posição de liderança no continente sul-americano e tem investido no fortalecimento do eixo diplomático dos BRICS, passe a se inserir de forma mais intensa no jogo dos polos. Os acontecimentos no Norte servem como precedentes para as discussões sobre a Antártica, quando o tempo vier, estabelecendo determinados padrões de ação e também criando processos de aprendizagem institucional para lidar com issue-areas diversas, passando dos temas ambientais e de interesse acadêmico para matérias mais duras, tais como questões de segurança e defesa que surjam na região. No longo prazo, o fato de ser o único país dos BRICS (além da África do Sul) fora do Conselho do Ártico, traz um déficit de aprendizagem danoso ao interesse nacional além de nos alijar de debates em campos importantes para um país que busca ganhar peso e voz no cenário internacional.

Dicas de artigos selecionados

[Para acessar os *links* dos artigos, clicar no título da reportagem]

- STRATFOR - Geopolitical Weekly - 16/09/2014
The Origins and Implications of the Scottish Referendum - by *George Friedman*
- FOREIGN POLICY - 19/09/2014
WHO Head: Ebola ‘Greatest Peacetime Challenge’ in U.N. History - by *Colum Lynch*
- FOREIGN AFFAIRS - 15/09/2014
ISIS’ Worst Nightmare - by *Robin Simcox*
- THE DIPLOMAT - 18/09/2014
Xi Jinping in India: A Breakthrough in Relations? - by *Saurav Jha*
- BROOKINGS INSTITUTION - 18/09/2014
Revamping Europe’s Tattered Social Contract - by *Kemal Dervis*